

A vanguarda do atraso



**Como sempre,
a esquerda
sucumbe à
inabilidade de
enxergar os
seus fracassos**

A saúde no Brasil vai mal: não se gasta pouco, gastam-se muito mal os recursos alocados à área. Segundo o Banco Mundial, nosso país é o segundo que mais gasta per capita na América Latina, apenas superado pela Argentina. Continuamos, entretanto, na pole position em relação à mortalidade infantil, à morte por doenças diarreicas e outros indicadores básicos de saúde da população. Essa patologia tem uma explicação simples: ineficiência!

O Sistema Único de Saúde (SUS), filho dileto da fúria legisferante da Constituição de 1988 e do esquerdismo sanitário, é um exemplo completo e acabado da distância entre intenção e gesto, da dissociação entre o discurso e a prática, bem ao gosto das esquerdas latino-americanas. A partir do conceito correto de que o sistema de saúde deve ser universal, descentralizado e hierarquizado, se desenvolveu um aleijão conceitual e prático, que pouco tem servido ao cliente e pagador da conta — o povo brasileiro.

Em primeiro lugar, tenta-se descentralizar os serviços, mas, sob o falso pretexto de redistribuição, a grande parte dos recursos provém do nível federal. Como consequência, criou-se uma postura mendicante e irresponsável das autoridades locais, uma verdadeira política de pires na mão: é sempre mais fácil demandar mais e mais recursos federais, em vez de racionalizar seu uso. As contrapartidas de recursos de Estados e

municípios são voluntárias, diminutas e, não raro, declinantes. É o que poderíamos chamar de “descentralização tutelada”, cujo resultado mais imediato é fortalecer a tendência à ganstância irresponsável e ineficaz.

No campo do controle social, se optou por uma constelação de conselhos — nos níveis municipal, estadual e federal —, em sua maior parte homologatórios e inoperantes, quase uma farsa de democracia. Em contra-

partida, despreza-se o papel fundamental do cidadão como juiz supremo da qualidade dos serviços ofertados. Na verdade, a menos que tenha recursos para ter um plano privado de saúde, o cidadão está condenado à unicidade e à mediocridade do SUS: quando e se consegue ser atendido, como se por favor, tem de se dar por satisfeito. Nem mesmo pode reclamar ao bispo ou à defesa do consumidor.

O cliente é sujeito a uma humilhante posição de indigência, implorando ao Estado migalhas de saúde. Mesmo os Conselhos de Usuários, principalmente nas grandes metrópoles, se têm revelado instrumentos claramente insuficientes, dados os milhões de “transações” que diariamente ocorrem na área de saúde.

Isso é tanto mais grave porque, na prática, se partiu para uma linha de progressiva estatização dos serviços, cada vez mais dominados pelo baixo clero e assolados pelo assembleísmo e pelo grevismo. Apesar das exceções de praxe, pouco importa a esse rebo-

talho do serviço público a qualidade da atenção dada àqueles que, na já frágil condição física e psicológica que lhes impõe a doença, demandam os ambulatorios e hospitais. Enrolados na bandeira de defesa do SUS — aliás, mais mortalha que bandeira — defendem, na verdade, o lema de pouco trabalho em troca de salário garantido ao final do mês. O espaço político é integralmente preenchido pela retórica esquerdizante, repleto de chavões e palavras de ordem.

Todos esses aspectos ficam absolutamente claros quando se analisa com cautela o que ocorreu na 10ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 2 a 5 deste mês, sintomaticamente em Brasília. Reinou a mais absoluta fantasia corporativista, fartamente regada por inflamados discursos dos políticos que nela têm seu alicerce eleitoral. Quanto ao diagnóstico dos problemas do SUS, uma das teses centrais é a de que não funciona porque não foi implantado, preferivelmente como fruto de uma conspiração entre neoliberais e de empresários hospitalares sedentos de verbas. Como sempre, a esquerda sucumbe à própria inabilidade de enxergar os seus fracassos; a atitude mais cômoda e confortante é a de atribuir a culpa aos outros. Para ela, na área de saúde, o mercado é a encarnação do mal e o lucro, o seu Belzebu.

Como não poderia deixar de ser — dado este diagnóstico míope —, as propostas não vão a lugar nenhum. Em vez de tentar utilizar as forças de mercado em prol de uma política de saúde eficaz, eficiente e equânime, se insiste nas idéias utópicas do homem solidário e do Estado provedor direto de serviços. As grandes vantagens da descentralização — a inovação, a diversidade de mo-

delos e o controle social pelo cidadão — são inibidas pelo viés medíocre, autoritário e corporativista. Qualquer desvio da norma, como o PAS, introduzido pela municipalidade de São Paulo, e as cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, é alvo de apupos de um plenário enfurecido. Em contrapartida, os velhos chavões são efusivamente saudados, num deprimente e inútil espetáculo de auto-homologação, sob os olhos complacentes das autoridades do Ministério da Saúde.

É a própria consagração da vanguarda do atraso, em que, de costas para o progresso, todo avanço é considerado retrocesso e toda a inovação é intrinsecamente má. É o desprezo pelo indivíduo — considerado incapaz de saber o que é bom ou mau para si e para sua família — em prol do uniformismo totalitário e estatizante. O Estado onisciente e onipresente, sob a inspiração de pretensões intelectuais, sabe o que é bom e o que é mau, o que é certo e o que é errado. É o reino do burocrata, em detrimento do vigor do verdadeiro profissional de saúde e do verdadeiro empresário.

Até quando assistiremos a esta inversão de valores, em que o SUS serve mais às corporações e aos políticos que delas extraem seu suporte eleitoral e menos à população que deveria atender? Até quando continuaremos a despejar os recursos do contribuinte no saco sem fundo da ineficiência do SUS? Até quando assistiremos, impassíveis, à deterioração do maior patrimônio que esta Nação possui num mundo cada vez mais competitivo, que, inegavelmente, é o seu “capital humano”?

■ Francisco Eduardo Barreto de Oliveira é membro da diretoria de pesquisas do Ipea